

Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal

Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Projeto de Lei

Nº 0016-2019

Início Tramitação 13-05-2019

Ementa

Dispõe sobre as condições mínimas de atendimento aos usuários das agências bancárias, casas lotéricas e agências dos Correios no município.

Autor

Vereador
Paulo Roberto Pereira

Norma _____ N.º _____

Data: _____



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

01
RNP

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo 27-081 13/05/2019
Pareceres: [assinatura]

PROJETO DE LEI N.º 0161 2019

Dispõe sobre as condições mínimas de atendimento aos usuários das agências bancárias, casas lotéricas e agências dos Correios no município.

Art. 1º. As agências bancárias, casas lotéricas e agências dos Correios instaladas na Estância Turística de Paraguaçu Paulista deverão oferecer aos usuários as seguintes condições mínimas de atendimento:

- I- Sanitários masculinos e femininos;
- II- Bebedouros de água com copos descartáveis;
- III- Assentos destinados à espera do atendimento.

Art. 2º. Os bebedouros e sanitários deverão ser de fácil acesso, devidamente sinalizados e adaptados para o uso de pessoas com deficiência e acessíveis durante todo o horário de expediente.

Art. 3º. O número de assentos destinados aos usuários não poderá ser inferior a quinze (15) e deverão ser instalados próximos aos caixas.

Art. 4º. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Art. 6º. Fica revogada a Lei nº 2.849/2012.

Palácio Legislativo Água Grande, 13 de maio de 2019.


PAULO ROBERTO PEREIRA
Vereador



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

020
104

JUSTIFICATIVA:

Apresento para deliberação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, que visa estabelecer condições mínimas de atendimento aos usuários das agências bancárias, casas lotéricas e agências dos Correios no município, tais como:

- I- Sanitários masculinos e femininos;
- II- Bebedouros de água com copos descartáveis;
- III- Assentos destinados à espera do atendimento.

Os bebedouros e sanitários deverão ser de fácil acesso, devidamente sinalizados e adaptados para o uso de pessoas com deficiência e acessíveis durante todo o horário de expediente.

E, o número de assentos destinados aos usuários não poderá ser inferior a quinze (15) e deverão ser instalados próximos aos caixas.

O município pode editar Legislação própria, com fundamento na autonomia constitucional que lhe é inerente (C.F., art. 30, I) com o objetivo de determinar às instituições financeiras que instalem em suas agências, em favor dos usuários dos serviços bancários (clientes ou não), equipamentos destinados a proporcionar-lhes segurança (tais como portas eletrônicas e câmeras filmadoras) ou a proporciona-lhes conforto, mediante o oferecimento de instalações sanitárias, ou fornecimento de cadeiras de espera, ou, ainda, a colocação de bebedouros.

Neste sentido, sendo rotineira a existência de enormes filas nas referidas instituições, que reduzem o número de funcionários em prol do aumento de lucro e em detrimento dos usuários, é necessário ao menos garantir o mínimo de condições de espera no atendimento para os homens, mulheres, crianças, idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais que às vezes aguardam por muitas horas para serem atendidos.

Lembramos que o Supremo Tribunal Federal corrobora neste entendimento de que o caso em tela não importa conflito com as prerrogativas fiscalizadoras do Banco Central do Brasil, pois o município pode impor obrigações por lei para proporcionar conforto aos clientes de agências bancárias e casas lotéricas, como segue algumas partes de Acórdãos do STF, que decidiu nos termos retro:

EMENTA: ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA, MEDIANTE LEI, OBRIGAR AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS A INSTALAR, EM SUAS AGÊNCIAS, BEBEDOUROS E SANITÁRIOS PÚBLICOS. MATÉRIA DE INTERESSE TIPICAMENTE LOCAL (CF, art. 30, I). CONSEQÜENTE INOCORRÊNCIA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA FEDERAL. AGRÁVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. O Município dispõe de competência, para,

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

03
1047

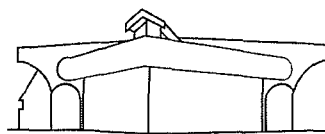
com apoio no poder autônomo que lhe confere a Constituição da República, exigir, mediante lei formal, a instalação, em estabelecimentos bancários, de sanitários ou a colocação de bebedouros, sem que o exercício dessa atribuição institucional, fundada em título constitucional específico (CF, art. 30, I), importe em conflito com as prerrogativas fiscalizadoras do Banco Central do Brasil. Precedentes. (AI- AgR 614510 / SC – SANTA CATARINA – Relator Min. CELSO DE MELLO – Julgamento: 13 de Março de 2007 - Órgão Julgador Segunda Turma).

EMENTA: CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA. AGÊNCIAS BANCÁRIAS. INSTALAÇÃO DE SANITÁRIOS. LEI MUNICIPAL. INTERESSE LOCAL. PRECEDENTES. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. O Município tem competência para legislar sobre a instalação de sanitários nas agências bancárias. (AI 453.178-AgR (rel. min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJ de 16.02.2007).

EMENTA: Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Recurso que não demonstra o desacerto da decisão agravada, proferida em consonância com entendimento desta Corte. 3. Agências bancárias. Instalação de bebedouros e sanitários. Competência legislativa municipal. Interesse local. Precedentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 418492 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 13/12/2005, DJ 03-03-2006 PP-00087 EMENT VOL-02223-03 PP-00506)

Observa-se que este projeto nada tem a ver com os aspectos financeiros e nem se refere à taxa de juros ou indexadores de contratos bancários, o que seria de competência da União, conforme estabelece a Carta Magna e a legislação complementar.

Assim, podemos afirmar que trata-se de matéria que não se confunde com a atinente às atividades-fim das instituições bancárias, sendo, na verdade, **de inquestionável interesse local e, consoante o disposto no inciso I do art. 30 da Constituição Federal foi outorgado aos municípios a atribuição de legislar sobre este assunto.**



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

04/04

Ainda, propõe que esta Lei entre em vigor decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação, prazo esse estabelecido para a devida adequação dos estabelecimentos e, revoga a Lei nº 2.849/2012, que “Institui a instalação de assentos para o público nas agências bancárias e casas lotéricas do município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista e dá outras providências.”

Considerando a importância das razões que fundamentam a presente proposta, conto com o imprescindível apoio dos Ilustres Pares para a sua aprovação.

Palácio Legislativo Água Grande, 13 de maio de 2019.


PAULO ROBERTO PEREIRA

Vereador